

Inflação baixa para garantir sucessão

“Governo federal deverá afrouxar o aperto no crédito no início do próximo ano”, prevê economista

por William Salasar
de São Paulo

As eleições municipais de 1996 e as gerais — inclusive para presidente da República — de 1998 deverão ditar as decisões macroeconômicas do governo, para garantir a vitória da coligação PFL-PSDB. “O governo está efetivamente preocupado com a sucessão, em 1988. Na área econômica, questões aparentemente técnicas (como a expansão do crédito, a política cambial ou a reforma tributária) estarão subordinadas ao interesse político partidário”, sustentam os economistas Cláudio Contador e Airton Ribeiro, autores do boletim Indicadores Antecedentes, que começa a circular nesta segunda-feira.

“Estas eleições municipais do ano que vem são das mais importantes, porque os partidos vão começar a se reorganizar a partir de bases municipais”, salientou Contador a este jornal. “Por isso, nesse momento, o governo federal vai precisar penetrar em municípios, onde não tem penetração, como tem em alguns governos estaduais. Mas nós, eleitores, vivemos antes no município, não necessariamente no estado”.

Para vencer as eleições municipais, que nesse tipo de cálculo político preparam, no médio prazo, o terreno para as eleições gerais de 1998, “o grande ativo do governo é manter a inflação muito, muito baixa”. Inflação que, “se o governo aproveitar o ambiente favorável e tocar as reformas, pode ficar próxima de 10%”, afirmou Contador.

Para chegar lá, o governo deverá afrouxar o aperto do crédito no início do próximo ano, para que sinais de aquecimento da economia surjam antes das eleições municipais de outubro. Nada, contudo, que venha a

comprometer o controle da inflação, que é o principal trunfo do governo. Indicadores Antecedentes projeta para 1995 uma inflação (medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, ou IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas) entre 24% e 25%, caindo para 15% a 20% no próximo ano, 10% a 12% em 1997 e 8% em 1998. A taxa de câmbio poderá deslocar-se de R\$ 0,98/R\$ 0,99, neste ano, para R\$ 1,46 a R\$ 1,58 em 1998. O Produto Interno Bruto (PIB) deve baixar o ritmo, de 5,75% em 1994 para 3,5% a 4% em 96, voltando a 4,5% em 1997 e chegando a 7% em 1998.

“Não haverá recessão, mas dificilmente as taxas de crescimento irão acima de 4,5% nos próximos dois anos”, diz o Indicadores Antecedentes.

Porém, alguns setores sofrerão mais do que outros. Os desempenhos tendem a ser assimétricos. O crescimento da agricultura deverá ficar entre 2%, em 1996, e 5%, em 1998, o que será um fator de pressão inflacionária. Parte por falta de crédito e pelos juros altos. O campo vai sofrer ainda mais um pouco, o que já admitiu o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além das pressões do setor agrícola, o governo ainda terá contra si os aumentos “inadiáveis” de tarifas públicas, salário mínimo e dos vencimentos dos servidores civis e militares. Daí a forte probabilidade de os juros continuarem altos e o crédito difícil, para conter o consumo privado. Assim, o setor industrial deve crescer menos: de uma taxa de 7% em 1994 para 6% em 1995 e 4% a 5% em 1996 (ver tabela).

Para Contador e Ribeiro, se o governo vencer as eleições municipais do próximo ano, “1997 será decisiva

vo para o plano de estabilização”. Desde que o governo, aproveitando essa eventual vitória, empregue todos os instrumentos que detém para o controle da inflação. Assim, deve insistir na desindexação da economia.

Pode vir a contar com uma recuperação da atividade agrícola, assim como da indústria e do setor de serviços. Porém, “os sinais mais concretos de melhora na situação econômica virão das contas externas e dos investimentos”, que permitirão reduzir o déficit em transações correntes para US\$ 10 bilhões e, logo, “afastar qualquer risco de crise cambial” (ver Câmbio na página B-2).

Inflação em baixa e menor necessidade de atrair capitais externos nesse cenário permitirão uma baixa gradativa das taxas de juro, cujo efeito mais direto será sobre o investimento fixo. Tanto pela confiança em regras estáveis, que induzam a aplicar mais em investimentos produtivos do que em ativos financeiros, quanto pela mudança na qualidade do investimento estrangeiro, mais ou menos nessa mesma linha, isto é, com os investidores preferindo colocar o dinheiro numa fábrica em vez de num papel de banco ou do governo. Para Contador e Ribeiro, isso significa que se pode esperar que a formação bruta de capital fixo chegue a 21% do PIB em 97, voltando aos níveis dos anos 80.

Finalmente, em 1998, os economistas do Indicadores Antecedentes admitem uma retomada do crescimento econômico à taxa de 7%, com inflação abaixo de 1% ao mês, rápida expansão da atividade industrial para 7,5% e, conseqüentemente, recuperação do nível de emprego e do salário real.

Cenários macroeconômicos para 1996/98

	1994	1995	1996	1997	1998
Crescimento econômico (%)	5,7	4,5	3,5 a 4,0	4,5	7,0
Produto Interno Bruto (PIB)	7,5	4,1	2,0	4,0	5,0
Agropecuária	7,0	6,0	4,0 a 5,0	5,0	7,5
Indústria	4,0	3,5	3,0 a 4,0	4,0	7,0
Serviços					
Inflação - IGP-DI (%)	28,2*	24 a 25	15 a 20	10 a 12	8
Correção cambial (%)	-	16,4	20 a 25	12 a 15	8
Câmbio comercial-venda (R\$/US\$)	-	0,98 a 0,99	1,18 a 1,24	1,35 a 1,45	1,46 a 1,58
Investimento fixo (% do PIB)	16,3	17,7	18,5	21,0	23,0
Consumo de energia (TWh)	226	236,6	247,7	259,3	271,5
Exportações (US\$ bilhões)	43,8	47,5	50,0	53,0	63,0
Importações (US\$ bilhões)	33,2	49,0	48,0	48,0	53,0
Saldo comercial (US\$ bilhões)	10,4	-1,5	2,0	5,0	10,0
Saldo c/ corrente (US\$ bilhões)	-1,4	-16,5	-13,0	-10,0	-2,0

Fonte: Indicadores Antecedentes, out/dez 1995
Inflação com o Plano Real, anualizada

REGISTRO

Vendas - Mesmo aumentando sua oferta, o mercado imobiliário de Belo Horizonte apresentou forte retração em setembro. Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil em Minas Gerais (Sinduscon-MG), a velocidade de vendas — relação entre o número de unidades comercializadas e a oferta — mostra uma queda de 26,5% nos negócios com apartamentos, ou seja, de 9,31% em agosto para 6,84% em setembro. Nas salas comerciais, o percentual variou de 7,25% para 6,58%, e nas lojas, de 2,41% para 1,73%. Em setembro, foram lançados no mercado 953 imóveis residenciais e onze unidades comerciais.

Fiat - Em assembléia realizada na última sexta-feira, os empregados da Fiat Automóveis aprovaram a proposta salarial apresentada pela empresa. Os principais pontos do acordo incluem o pagamento, em forma de abono, de participação nos lucros da empresa e a incorporação aos salários das antecipações pagas em junho último. Cerca de 16,5 mil operários da montadora receberão abono no valor de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil, relativo à participação nos lucros.

Proex - O Banco Central baixará circular elevando as taxas de equalização de juros para as operações de prazos mais curtos, fixando regras mais simples e desburocratizando o acesso ao Programa de Financiamento das Exportações (Proex). Além disso, o Proex passará a atender a novos setores, como o têxtil e o de cerâmica, através de portaria assinada pela ministra da Indústria, do Comércio e de Turismo, Dorothea Werneck.

Balança - O resultado da balança comercial de setembro deve ser divulgado nesta quarta-feira. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, entretanto, já adiantou que o superávit deve ser superior ao de agosto, que foi de US\$ 328 milhões.

Contas públicas - O governo de Fernando Henrique Cardoso “tem tido êxito na busca do equilíbrio financeiro”, afirmou o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral. Ele adiantou, porém, que isso por si só não basta, pois o equilíbrio das contas públicas envolve as três instâncias de governo: federal, estadual e municipal.